

de comissão Ceasa quer regularizar situação

A direção da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa), responsável pela Feira dos Importados, admite que sabe da comercialização e aluguel de bancas, mas não tem como punir os feirantes infratores.

Segundo David Teixeira Alves, presidente da empresa, a procuração é um instrumento que não garante a comercialização da banca.

Para resolver a questão, o advogado da Ceasa, Marcelo Mendes, propõe um processo seletivo simplificado, em vez de licitação. As bancas que não estão ocupadas seriam repassadas a outras pessoas e aquelas que já foram vendi-

das teriam sua situação regularizada. "Não queremos burlar a legislação. Essa seria uma saída jurídica para resolver o problema", justifica.

Pelo processo de licitação, os permissionários perderiam o direito de uso das bancas. A intenção da empresa seria evitar que isso ocorra.

De acordo com o advogado, a Ceasa é autônoma para fazer isso. Ou seja, pode deixar de fazer a licitação e regularizar as transferências e vendas das bancas.

A palavra final será dada em abril, pelo procurador-geral do Distrito Federal, que representa o acionista majoritário da empresa, o Governo

do Distrito Federal (GDF).

Se fizer isso, porém, a empresa terá de estar disposta a entrar em uma briga judicial com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério Público, que defendem a licitação da área ocupada.

Uma decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), de 2000, determina que todas as permissões concedidas depois de 1996 sejam suspensas para que ocorra a licitação.

AÇÃO – Já o Ministério Público entrou com ação pedindo rescisão de todos os contratos que estão vencidos e a desocupação da área.

A liminar não foi concedida, mas a decisão pode ser revertida em favor do Ministério Público quando for julgado o mérito da ação.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do TCDF, a Ceasa ocupa área pública. Sendo assim, todo e qualquer procedimento de venda deve, obrigatoriamente, passar por licitação.

Além disso, a empresa também dependeria de autorização da Justiça, uma vez que está em processo de liquidação – sob intervenção.

O TCDF prepara uma auditoria na área da Ceasa, que compreende a Feira dos Importados.